

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA (2003 – 2016): IN/EXCLUSÃO ESCOLAR E A EXPROPRIAÇÃO DO SABER DOCENTE

Ivone Rodrigues dos Santos
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Brasil)
Endereço eletrônico: ivonesantospico@hotmail.com

Régis Henrique dos Reis Silva
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Brasil)
Endereço eletrônico: regishsilva@gmail.com

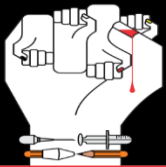
1441

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento que visa identificar e discutir os elementos histórico-políticos e pedagógicos que legitimam os processos formais de in/exclusão dos (as) estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, por meio da expropriação do saber docente. Para este propósito, dispõe-se a investigar a forma de estruturação, as condições de acesso e as bases teórico-pedagógicas que delineiam os cursos para formação de professores em educação especial, prioritariamente, os cursos oferecidos pela política de Educação Especial/Inclusiva através dos programas formativos instituídos pelo Governo Federal nos sistemas de ensino entre 2003 e 2016.

A periodização justifica-se pelo fato de que o ano de 2003, impulsionado por parte do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), iniciou o primeiro programa de formação continuada para profissionais com capacidades de oferecer o atendimento aos educandos com necessidades especiais – “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” e, o ano de 2016, devido a mudança no governo, por meio de um golpe jurídico-midiático parlamentar na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), que vem se compondo movido pela racionalidade financeira e impregnados por conceitos e características neoliberais.

No campo da Educação Especial, verifica-se que as atuais políticas de organização da área expressam uma continuidade de projeto histórico para a sociedade brasileira que vem se estruturando desde os anos de 1990, fundamentalmente, após a Reforma do Estado, delineadas dentro de um contexto político mundial de avanço do neoliberalismo e sob a égide de acordos e influências dos organismos e de princípios



inclusivistas internacionais. Entretanto, os discursos e estratégias que por um lado, promoveram as possibilidades de mudanças, de respeito às diferenças e de solidariedade, por outro, estão cooperando para legitimar a contradição e a manutenção dos interesses dominantes, contribuindo para validar os processos que promovem a exclusão escolar.

Essas articulações que se processam na sociedade brasileira, delineadas em termos históricos, políticos e pedagógicos, estão contribuindo para uma narrativa muito estreita sobre profissionalização docente, formação humana e deficiência, cooperando para os processos formais de exclusão do educando, tais como: o afunilamento do fluxo de escolarização dos estudantes com deficiência, defasagem idade/série, a ênfase nos aspectos físicos e biológicos, etc. (MELETTI; RIBEIRO (2014), SILVA et al. (2020)).

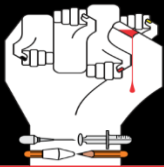
A formação docente, neste contexto, tem se tornado um espaço frutífero que visa intensificar a eficácia de cada sujeito (professor e aluno) em todos os domínios da esfera produtiva, todavia, prevalecendo concepções teóricas que subjaz os processos educativos ou de formação humana em detrimento do processo de produção, expropriando o professor do produto do seu trabalho.

Assim, verifica-se que, ao restringir o acesso ao conhecimento, a sociedade capitalista tende a atar os indivíduos a funções ligadas ao seu lugar na produção da vida. A divisão social do trabalho é transportada para a estrutura subjetiva (DELLA FONTE, 2014), contribuindo para a fragmentação da atuação docente em papéis alienados.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfico-documental e de campo, tendo como lócus de observação, no âmbito da rede estadual de educação de Goiás, 06 escolas estaduais localizadas nos municípios de abrangência que compõem a Coordenação Regional de Ensino - polo de Aparecida de Goiânia, sendo estes: Aparecida de Goiânia (município polo), Aragoiânia, Bonfinópolis, Caldazinha, Hidrolândia e Senador Canedo.

Prevê a abordagem a 44 sujeitos, composta por gestores responsáveis pela estruturação, implementação e acompanhamento das políticas de Educação Especial/Inclusiva na rede estadual de Goiás, gestores escolares (diretores (as) ou coordenadores (as) pedagógico (a)) e profissionais que atuam na Rede de Apoio à inclusão das unidades de ensino.



Como técnica de coleta de dados, utilizaremos a entrevista via questionário semiestruturado e a gravação em áudio da conversa realizada. As fontes bibliográfico-documentais consistem na revisão da literatura buscando, sobretudo, as produções acadêmicas divulgadas pelas dissertações, teses, livros e artigos publicados nos principais periódicos científicos, além dos documentos oficiais norteadores das ações da educação especial/inclusiva pela política nacional (BRASIL, 2008) e no estado de Goiás.

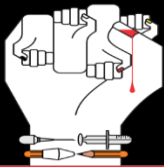
A análise dos dados obtidos será realizada como forma "(...) de entender o papel que as políticas educacionais têm exercido nas sociedades" (SANFELICE, 2004, p. 100), interpretando-as a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do materialismo histórico-dialético.

Para compreender, analisar e discutir a problemática apresentada, expressando a nossa concepção de escola, de professor, de trabalho educativo e de desenvolvimento humano, tomaremos como referencial teórico os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, cujos fundamentos dados pelo materialismo histórico dialético, se opõe ao projeto hegemônico da sociedade capitalista que atribui à escola outra função social: a de exclusão social, a de reprodução da hegemonia, e a de naturalização da deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio atual da pesquisa nos permite identificar que, o que se coloca neste momento histórico, é a luta econômica, política e ideológica. Luta contra o esvaziamento da educação escolar e a denúncia do uso que a ideologia dominante vem fazendo dessa instituição educativa para produzir a existência humana sob a égide do mercado e da mercadoria.

No que se refere ao campo da educação especial, estamos em presença de dois movimentos: restrição e retrocesso. As políticas de inclusão se apresentam com uma visão social de caráter compensatório e focalizada. A expressão diversidade e multiplicidade são utilizados como um simplificador da concepção de deficiência e como argumentos que justificam a falta de uma necessária centralidade na forma de atendimento pedagógico (GARCIA; MICHELS (2011), KUHNEN (2016), VAZ, (2017)), indicando uma ampliação de funções aos profissionais e restrição na difusão do



conhecimento em suas formas mais desenvolvidas tanto para o professor, quanto para o aluno.

Especificamente, no campo da formação de professores, constatamos que a relação entre trabalho pedagógico e desenvolvimento humano leva em consideração dois aspectos centrais: político e teórico. No primeiro, o objetivo se dirige em torno de promover a internalização da concepção de educação e formação neoliberal, tendo, portanto, a função de formar cidadãos modernos, como sendo um foco importante para o capital. Para tanto, em termos de mudança de mentalidade, a ênfase é dada ao apelo de uma aceitação das diferenças individuais e adoção da diversidade como valor ético e moral para a nova sociedade. No segundo, o que está posto é a clara centralidade do conhecimento tendo como referência a concepção liberal de Ser humano, o que, no ideário pedagógico contemporâneo, aparece camuflado nas teorias epistemológicas, psicológicas e pedagógicas de cunho construtivista e de base econômica produtivista, o que se expressa nas precárias e descontínuas condições para a formação de professores e para o desenvolvimento do trabalho educativo nas redes de ensino, tanto por parte dos professores, quanto dos alunos.

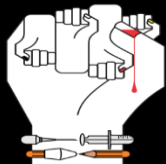
No contexto educacional o discurso pedagógico subjacente a esse projeto de sociedade, tem como base de sustentação o lema “aprender a aprender”, que remete ao núcleo das ideias pedagógicas escolanovistas, a pedagogia do professor reflexivo, a pedagogia das competências; a pedagogia dos projetos, a pedagogia multiculturalista e, com destaque para o construtivismo (DUARTE, 2011).

Duarte (2011) alerta que, do ponto de vista pedagógico e, em seu limite, essas orientações afasta o aluno do saber objetivo e rebaixa o professor a um papel insignificante no processo de aprendizagem, representando, assim, estratégias para o mais absoluto esvaziamento do trabalho educacional, retirando de foco aquilo que está no âmago da crise educacional contemporânea: a função social da escola.

CONCLUSÕES

A revisão da literatura e análise dos documentos indica que a forma de estruturação, as condições de acesso e as bases teórico-pedagógicas que delineiam os cursos formativos promovem a naturalização da deficiência e contribui com os processos formais de exclusão do educando por meio da expropriação do saber docente.

A pesquisa pretende apresentar contribuições para a compreensão dos processos de in/exclusão do educando público alvo da educação especial na escola regular,



mediante a não socialização do saber docente em sua forma mais desenvolvida. Todavia, a análise realizada até o momento reforça a necessidade de mantermos, por meio de uma resistência ativa, a luta contra o retrocesso dos direitos conquistados, pois, não desconsiderando os limites da atual política, indica que, diante dos desmanche em evidência no cenário educacional, a legislação da área, no período em que está sendo analisado, evidencia preocupação em garantir o atendimento dos educandos na escola pública pela via da formação dos professores e estão atreladas a resultados de luta de movimentos sociais e da sociedade civil que atuam em defesa de grupos e minorias historicamente mais vulneráveis.

1445

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Educação Neoliberal. Política de Educação Especial/Inclusiva. Formação de professores. In/exclusão. Expropriação do saber docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

DELLA FONTE, S. S. A formação humana em debate. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n.127, p. 379-395, abr./jun. 2014.

DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pósmodernas da teoria vigotskiana. 4. ed. 1. reimpr. Campinas: Autores Associados, 2011.

GARCIA, R. M. C; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT 15 – educação especial da ANPED. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, p.105-123, maio-ago, 2011. Edição Especial.

KUHNEN, R. T. *A concepção de deficiência na política de Educação Especial brasileira (1973-2014)*. 2016. 367 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. Indicadores Educacionais Sobre A Educação Especial No Brasil. *Cad. CEDES* [online]. 2014, vol.34, n.93, pp.175-189.

SANFELICE, J. L. Fontes e História das Políticas Educacionais. In: LOMBARDI, J. C. NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.) *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 97-108.

SILVA, R. H. dos R. et al. Indicadores de matrículas do público-alvo da educação especial no estado de São Paulo. *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 31, n. 78, p. 674-698, set./dez. 2020. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/7332/4118>. Acesso em: 30/04/2021.

VAZ, K. *O projeto de professor para a educação Especial: demandas do capital para a escola Pública no século XXI*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.